

SUJEITO, DISCURSO E IDEOLOGIAS EM RELAÇÃO À DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS

SUBJECT, DISCOURSE AND IDEOLOGIES REGARDING SEXUAL DIVERSITY IN SCHOOLS

Fernando Guimarães Oliveira da Silva¹
José Antonio de Souza²

Resumo

Inúmeras políticas e ações são elaboradas, nos últimos anos, no sentido de consolidação da escola enquanto espaço inclusivo, no sentido de abrigar todas as diferenças e valorizar a diversidade. Em relação à homossexualidade, é fato que o cenário discursivo despreza o reconhecimento dos sujeitos, articulando-se com modos sutis de discriminação por meio de discursos pseudo-inclusivos de reconhecimento da diversidade sexual, enquanto que as práticas homofóbicas só têm aumentado. Nesse sentido, temos como tarefa primeira, discutir sobre a concepção de linguagem aqui explanada, para entendermos as possibilidades dos efeitos de sentido, destrutivos e/ou construtivos, que as ações discursivas dos sujeitos da escola refratam na realidade dos estudantes. Este texto propõe descortinar os efeitos de sentidos do discurso em relação à homossexualidade, destacando por meio da análise das condições de sua produção a ideologia de exclusão que depreciam o sujeito homossexual, atuando principalmente sobre as escolas.

Palavras-chave: Discurso. Ideologia. Escola. Homossexualidade.

Abstract

Numerous policies and actions are developed in recent years, in order to consolidate the school as an inclusive space, to bring together all the differences and appreciate diversity. Regarding homosexuality, the fact is that the discursive scenario disregards the recognition of the subject, linking up with imperceptible ways of discrimination by means of pseudo-inclusive discourses of recognition of sexual diversity, while homophobic practices have only expanded. In this sense, we have the first task, discuss the design of language explained here, to understand the possibilities of meaning effects, destructive and / or constructive, that the discursive actions of individuals actually refract school students. This paper proposes a way to reveal the effects of discourse about homosexuality, especially through the analysis of the conditions of its production ideology of exclusion that disparage the homosexual person, acting mainly on schools.

¹ Aluno regular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba, em nível de Mestrado. Assistente Social e Pedagogo. Coordenador do CRAS de Ilha Solteira/SP. Docente do Curso de Serviço Social das Faculdades AEMS, em Três Lagoas/MS.

² Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e do Curso de Ciências Sociais, Unidade de Paranaíba/MS. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educacional (GEPPE) e pesquisador vinculado ao Observatório de Educação (OBEDUC/CAPES) da UEMS/Paranaíba.

Key-words: Discourse. Ideology. School. Homosexuality.

Introdução

Como sujeitos formados no âmbito de uma sociedade, desde cedo aprendemos e internalizamos vários conceitos e enunciados presentes nos variados discursos e nas relações sociais. A escola, como um dos espaços responsáveis por propiciar a interação entre sujeitos, emerge como a principal instituição promotora do acesso ao conhecimento por meio de ações que utilizam de aspectos da vida social, em consonância com o mundo científico e que também é perpassada pelas questões ideológicas que norteiam as diversas relações.

Ao considerar a relevância do papel do espaço escolar, cabe-nos refletir acerca das palavras utilizadas nas interações sociais entre os sujeitos, ao passo que estas palavras formam os sujeitos no âmbito de uma inscrição discursiva, como nos assinala Fernandes (2008). Dessa forma, os sentidos atribuídos aos variados discursos objetivam aludir a quais referenciais de saber, ser, conviver, ou seja, tais discursos socializam, historicamente, a defesa do quê: de um sistema socioeconômico, de uma sexualidade, de uma verdade?

As indagações anteriormente elaboradas nos impõem analisar os discursos daqueles que se responsabilizam pela educação dos sujeitos, na medida em que a escola é uma das principais instituições responsáveis pelo processo formativo e que este processo formativo proposto na educação das crianças e adolescentes adquire, muitas vezes, um papel de manipulação ou de emancipação da formação e prática discursivas.

Questionar os parâmetros de socialização de uma formação educativa é também, e da mesma forma, descortinar tal ação, com vistas a compreender os reflexos na formação/reprodução discursiva, ao passo que os discursos vão sendo constantemente reconduzidos e são passados de geração em geração, o que faz com que não percam sua origem, apenas evoluam para formas mais ou menos cruéis de persuasão.

Em relação à homossexualidade, é fato que o cenário discursivo despreza o reconhecimento dos sujeitos, articulando-se com modos sutis de discriminação por meio de discursos pseudo-inclusivos de reconhecimento da diversidade sexual, enquanto que as práticas homofóbicas só têm aumentado.

Nesse sentido, temos como tarefa primeira, discutir sobre a concepção de linguagem aqui explanada, para entendermos as possibilidades dos efeitos de sentido, destrutivos e/ou

construtivos, que as ações discursivas dos sujeitos da escola refratam na realidade dos estudantes.

Isto posto, Brandão (2004, p. 8) enfatiza “[...] que o Outro desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o linguístico e o social.”

Destacando a linguagem como um processo de interação, defende-se uma abordagem sociointeracionista da língua cujo produto se efetiva a partir da atividade de interação dos homens com os objetos da sociedade, transformando estes como objetos essenciais para seu processo de manutenção e convivência social.

Nesta perspectiva, Vygotsky (2002, p. 118) ressalta que: “O significado duma palavra representa uma amálgama tão estreita de pensamento e linguagem que é difícil dizer se se trata de um fenômeno de pensamento, ou se se trata de um fenômeno de linguagem.” Assim, considerando que as palavras sofrem alterações no seu significado, de acordo com a mesma vertente teórica, os significados são atos do pensamento, sendo estes em constante processo de redefinição.

As imagens depreciativas do sujeito homossexual utilizam da língua como forma de veicular um discurso que condiciona ideias negativas. Dada a exterioridade da língua, o discurso utiliza-se da história e das condições sociais para hegemonizar o processo de exclusão, adquirindo novas formas de manter os ditos sobre a homossexualidade.

Atribuindo à linguagem este aspecto de reforço às práticas de exclusão dos sujeitos homossexuais, do ponto de vista do discurso, a homossexualidade veio adquirindo diversos significados, no entanto nenhuns destes discursos impuseram o rompimento com as práticas do preconceito, uma vez que os discursos do reconhecimento da homossexualidade não têm força em meios às imagens depreciativas.

Nesse cenário de reprodução discursiva, percebe-se que a escola, como um ambiente em que convivem profissionais da educação formados no âmbito de uma prática discursiva preconceituosa, atua na formação dos alunos com práticas que apenas contribuem para o aumento do binarismo entre os gêneros.

A partir da afirmação da legitimidade dos aspectos negativos do discurso que contribuem para deformar imagens e imbricar trajetórias de sujeitos, neste texto nos colocamos a analisar as condições de produção do discurso que efetivam problemas na

maneira como os sujeitos serão vistos pela sociedade, sendo que determinam modos de pensar e dizer sobre os sujeitos repassados na formação dos estudantes.

Elementos constitutivos da concepção de discurso

Eventualmente colocamo-nos na função de utilizar do discurso para designar certos contextos de fala das pessoas quando expõem seus pensamentos sobre questões específicas de qualquer enunciação. Entretanto, o fazemos desconsiderando o papel do discurso na constituição dos sujeitos, uma vez que o discurso se mostra responsável por definir sob quais referenciais pautam o enunciado do sujeito, além disso, propicia conhecermos qual posição ideológica o enunciador se expõe.

Orlandi (2012, p. 21) ressalta que o discurso não é apenas uma mensagem dirigida a uma comunicação entre emissor e receptor, ou melhor, uma mera transmissão de informação, afirmando que: “As relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre os locutores”.

Diante disso, tratar de discurso não é uma tarefa fácil, não se limita à maneira de se comunicar, ou tampouco falar e se expressar. Nesse pressuposto, compreender os modos como se dá a linguagem permite discutirmos mais precisamente sobre o discurso, na medida em que a linguagem se apresenta como uma ação realizada na atividade de interação dos sujeitos com a sociedade.

Na concepção de Bakhtin (2006, p. 9): “a língua apresenta-se como uma corrente evolutiva e ininterrupta”. Tal conceito da língua contraria os dizeres de Saussure e Chomsky, que ora estruturavam a língua como normativa, fixa e objetiva que se apresenta à consciência individual de modo incontestável e imutável.

Esse caráter de movimento da língua nos possibilita afirmar que as palavras sofrem constante alteração dos significados, baseada para Bakhtin (2006) no fenômeno da interação verbal. Nesse sentido, as relações existentes entre os significados das palavras e o pensamento são vistos por Vygotsky (2002, p. 150) como indissociáveis e essenciais para a compreensão do desenvolvimento histórico da consciência como um todo, enfatizando que “[...] cada palavra é um microcosmos da consciência humana”.

Dessa forma, a palavra proporciona a interação entre as pessoas que produzem alguma atividade sobre o seu meio, por sua vez, a linguagem é “[...] uma característica da atividade social humana, cuja função maior de ordem comunicativa ou pragmática.” (BRONCKART, 2012, p. 34)

Inserida numa dinâmica social a interação entre os sujeitos produz representações particulares ou coletivas de mundo. Nesta perspectiva, Bakhtin (2006) coloca que a interação propicia que a consciência individual faça a apreensão do conteúdo semiótico da sociedade, ou seja, dos signos existentes.

Por sua vez, a existência desse conteúdo semiótico presente na palavra constitui o discurso. Para Orlandi (2012, p. 15) “[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Ainda que o discurso se caracterize como os sentidos construídos pelos sujeitos em relação à palavra, observar o homem falando pressupõe compreender os sentidos enunciados no âmbito de seu discurso, o que para Foucault os discursos não são originários propriamente por sentidos dos sujeitos, mas são construídos socialmente antes da interação do sujeito com a sociedade.

Foucault (1997, p. 146) define que o discurso se constitui como “[...] um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva”. Com esta noção de discurso, os enunciados se manifestam como conteúdos presentes na interação verbal. Assim,

Todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro ou independente; mas, sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se deles e se distinguindo deles: ele se integra sempre em jogo enunciativo. (FOUCAULT, 1974, p. 124).

Não podemos desconsiderar a intrínseca relação do sujeito e da história como essenciais para a produção do discurso. Em Peuchêux (1990), estas relações adquirem o caráter de constituição dos sujeitos, nesse sentido, pressupõem que o sujeito se inscreve numa perspectiva ideológica; já para Foucault (1997) o sujeito não é uma unidade, mas se constitui numa dispersão de discursos, ou seja, numa heterogeneidade.

O discurso, na concepção de Foucault (2013) também atua como um princípio de exclusão, sendo classificados como interditos, ou seja, cambiados, constantemente, sobre as consciências, assumindo nas relações sociais uma função de controle e adestramento dos corpos ao poder.

Sabendo dessa interdição, compreende-se que o discurso sobre a sexualidade atua sobre os sujeitos nas formações e práticas discursivas que restringem e limitam o que pode ou não ser dito. Desta feita, dada a condição de restrição dos discursos sobre sexualidade, são poucos aqueles que se colocam para discutir homossexualidade, pelo fato de que enunciar sobre esse tema, eventualmente, atinge os sujeitos em meio a suspeitas e incertezas sobre a sexualidade.

Diante do exposto, afirma-se por meio do discurso que somos formados no âmbito de uma sociedade que banaliza a existência dos sujeitos homossexuais, utilizando dos discursos conservadores que se debruçam sobre as explicações morais e religiosas para construir um aparato de exclusão da diversidade sexual.

Dada a existência dos discursos interditos sobre sexualidade, a escola como um espaço de socialização, os sujeitos em formação interagem em todo momento com a linguagem já constituída pelo Outro, sendo que nesta discussão entendemos os Outros como os profissionais da educação, uma vez que estes já estão envolvidos com as práticas discursivas da sociedade.

Nesta reflexão, Orlandi (2012, p. 35) frisa o aspecto do esquecimento que faz com que nos apropriemos de certos discursos, nos iludindo como se fossemos donos do discurso, no entanto

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo, eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade.

Esse processo se constitui como um interdiscurso, na medida em que os sujeitos são interpelados a adquirir uma posição no discurso. Analisando sob a perspectiva da diversidade sexual, percebe-se que no âmbito dos interdiscursos existe a imposição de um modo de enunciar sobre a homossexualidade que se restringe ao discurso interdito da perversidade, como se ser perverso estivesse atrelado apenas à identidade do sujeito homossexual.

História, sujeito e consciência na constituição do discurso de exclusão

A formação discursiva em relação à homossexualidade transcorreu a história construindo imagens deterioradas sobre os sujeitos, que constantemente foram atacados por enunciados carregados de significados religiosos, jurídicos e médicos, considerando o poder de explicação que as diversas instituições tiveram na história da sociedade.

Entende-se que a história dirige a formação discursiva sobre determinado assunto, considerando aspectos de poder e posições dos sujeitos no cenário discursivo. Assim, Orlandi (2012, p. 42) destaca que a formação discursiva parte da inserção dos sujeitos nas posições ideológicas,

Consequentemente, podemos dizer que o sentido não existente em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em eu as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Isso fez com que as posições depreciativas sobre a homossexualidade tivessem que obedecer aos discursos ditados pelas instituições que detinham o poder. Nesse quadro de análise, compreende-se que história manifesta o entrecruzamento de discursos, atuais ou anteriores, que constituem, de acordo com Pêcheux, o sujeito.

Os significados atribuídos pelos sujeitos aos objetos não é resultado de uma única conjuntura social, mas vem constituindo-se em “[...] diferentes espaços sociais, em outros momentos históricos, mas que se fazem presentes sob novas condições de produção, integrando novo contexto histórico e, conseqüentemente, possibilitando outros efeitos de sentido”. (FERNANDES, 2008, p. 45).

Isto posto, a hetessexualização das relações sociais construídas por instituições ideológicas construiu seus parâmetros de verdade, objetivando preservar a hegemonia de seus poderes sobre a sociedade, visto que a homossexualidade inviabiliza a interdição de verdades sobre os sexos.

Nesse sentido, para Bakhtin (2006) língua é um reflexo das condições estáveis das relações sociais, considerando a época, os grupos sociais e o contexto, dominando uma ou outra forma variável correspondente ao objetivo do poder.

Ressalta-se também que “[...] isso atesta é a relativa força ou fraqueza daquelas tendências na interiorização social de uma comunidade de falantes, das quais as próprias formas linguísticas são cristalizadas, estabilizadas e antigas”. (BAKHTIN, 2006, p. 150) Nesta perspectiva, não interessa para o poder a apreciação de certas questões que possam desestabilizar sua hegemonia, impondo barreiras para certos campos que impõem dificuldades para sua manutenção.

Dada a insegurança que a homossexualidade impõe em relação ao poder, Louro (2008) analisa que o cenário de reconhecimento da diversidade sexual tem imposto aos setores dominantes novas formas de regulação, multiplicando as instituições que são responsáveis por ditar normas. Nesta feita,

A visibilidade tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (LOURO, 2008, p. 28).

Neste embate que se coloca à homossexualidade, prevalece a veiculação de um discurso em instâncias midiáticas, jurídicas, religiosas e etc, que se colocam constantemente na imposição de barreiras para uma compreensão da homossexualidade como fator de expressão da sexualidade humana, contrária à determinação biológica.

Diante disso, entende-se que, a partir de Foucault (2013) o sujeito se forma a partir da rarefação do discurso. Os discursos sobre a homossexualidade se originaram sobre formas deterioradas que prevalecem ditos e vem sendo modificados não perdendo os resquícios de seu discurso primeiro.

Nesse sentido, reconhecer-se como homossexual faz com que a sociedade enxergue tal sujeito como aquele que não aceita seu gênero, e quer assumir a condição do gênero oposto. Com isso, considerando que os papéis de gênero foram construídos sobre o molde do gênero forte e rígido, representado pelo masculino, assim como o gênero feminino construído sobre a égide da subalternidade ao homem, à homossexualidade também se passou a aplicar tal característica.

Em conformidade com esse raciocínio, no interior do grupo homossexual, discute-se muito a posição de ativo de passivo, ou seja, o homossexual que exerce a posição de ativo,

com características do sujeito convencionalizado masculino, e o sujeito passivo, que adquire a posição de objeto, ou seja, subalterno de seu ativo.

Como perceptível, fica subentendido que a normatividade dos modos de convivência e relacionamento heterossexual invade toda e qualquer manifestação de diversidade, que mesmo exigindo características próprias de manifestação, não consegue construir seus próprios modelos porque são condições que precisam de se adequar aos preceitos heteronormativos, para logo depois constituir-se como tal.

Nesses pressupostos, os sujeitos se constituem nos discursos construídos e demarcados pelos diversos comentários que vão surgindo, no entanto, como destaca Foucault (2013) estes comentários não modificam o discurso primeiro, ou seja, não há mudanças nos discursos de dominação e subalternidade relacionados à questão sexual. Bourdieu afirma que:

No caso em que, como se dá nas relações homossexuais, a reciprocidade é possível, os laços entre a sexualidade e o poder se desvelam de maneira particularmente clara, e as posições e os papéis assumidos nas relações sexuais, ativos e passivos principalmente, mostram-se indissociáveis das relações entre as condições sociais que determinam, ao mesmo tempo, sua possibilidade e significação. (BOURDIEU, 2002, p. 31).

Considerando que a sociedade repudia a figura do sujeito homossexual passivo, tal enunciado adquire um significado negativo, impedindo que os sujeitos se identifiquem como homossexuais, vivendo na clandestinidade. Nesta interdiscursividade, no interior do movimento, surgiram uma série de discursos que, por vezes centravam-se no reconhecimento identitário do grupo, e por outras centraram no controle das práticas sexuais seguras. (LOURO, 2008)

Esses enunciados negativos são oferecidos por meio da linguagem a que estamos sujeitos na formação social, e, por conseguinte escolar, que nos foi proposta. Com isso, o espaço escolar quando utiliza de meios de classificação e disciplinamento dos corpos, realiza no âmbito das consciências como devemos ver e dizer sobre certos assuntos.

Assim, de acordo com Fiorin (2005) a língua propicia a interação entre os sujeitos, e, sobretudo, com os significados predominantes que a sociedade cria sobre as coisas, revelando um discurso, o que por sua vez, considerando que os sujeitos determinam suas inscrições nestes discursos, também adquirem nesta inscrição uma posição ideológica.

Nesta perspectiva, Brandão (2004, p. 50) reflete que o “[...] discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais

da “existência material” das ideologias”. Brandão (2004) ainda afirma que vivemos uma espécie de liberdade e assujeitamento, visto que para dizer o sujeito tem que se assujeitar à língua, que oferece ao sujeito a ilusória sensação de que este é responsável pelo que diz.

Diante disso, a ideologia pela qual somos formados leva-nos a interagir com uma concepção de mundo, impondo aos sujeitos uma forma de pensar, construindo modos argumentativos do porquê tal discurso é relevante ou não para o sistema social e a manutenção do poder.

Essa expressão ideológica é assinala por Bakhtin (2006) tendo por base o discurso interior e sua orientação social, colocando que

Se tomarmos a enunciação no estágio inicial de seu desenvolvimento, “na alma”, não se mudará a essência das coisas, já que a estrutura da atividade mental é tão social como a da sua objetivação exterior. O grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social. (BAKHTIN, 2006, p. 116).

Nesse caso, a relação que a sociedade estabelece com a atividade mental é clara à proporção que imprime sobre esta modos socialmente convencionais sobre aspectos da vida social, impondo aos seres modelos de relacionamento interpessoal e familiar baseados nos discursos primeiros: religiosos e biológicos.

A escola como uma instituição responsável por promover o acesso aos padrões socialmente convencionais realiza no interior de suas práticas ações que disciplinam os estudantes, organizando suas atividades mentais a caminho do que a sociedade quer de modelo de sujeito homem e mulher, sendo os homossexuais uma ameaça à condição do poder.

Nesta perspectiva de organização da atividade mental, nas condições que se encontram os discursos sobre a homossexualidade, podemos dizer ocorre constantemente em qualquer discurso a figura de homossexual depreciada, figura esta que age nas consciências construindo um sujeito gay completamente esbanjado, desprovido de regras sociais e sexuais, agindo assim favorável a um discurso de exclusão.

Como consequência, esse discurso atua na atividade mental dos sujeitos heterossexuais e homossexuais, no primeiro construindo novas formas de alimentação do preconceito, no segundo diminuindo as capacidades de autoaceitação, ao passo que a introjeção dos discursos de depreciação dos homossexuais se coloca maior frente aos discursos de aceitação.

Considerando a hegemonia do discurso de sexualidade normativa, os sujeitos são excluídos, vivendo às margens posto que assumir um gênero, ou dizer abertamente ser homossexual representa um agrave para a sociedade, para a escola e principalmente para a família. Este grupo é alvo de muitas críticas, principalmente em relação à prostituição, uso de drogas e um estilo de vida sem regras sociais, a sociedade não percebe que esta problemática também é parcela de sua culpa, uma que resta para estes sujeitos viverem nos grupos que os acolhem, o que podemos dizer que a ausência de uma referência de aceitação destes sujeitos acaba imprimindo às suas trajetórias caminhos opacos, às vezes de prostituição, drogadição, dentre outras questões negativas atreladas à identidade do sujeito gay.

Para fortalecer o movimento recorreremos a Fernandes (2008) ao afirmar que os discursos são inscritos por meio de uma ideologia política, das quais constroem diferentes enunciados nos rumos da história. Nesse sentido, elevar o tema à discussão objetiva subverter a hegemonia da heteronormatização da sociedade e das relações no espaço escolar, com isso, a proposta é alterar o discurso excludente e propiciar novos protagonismos diferentes do que é proposto aos sujeitos homossexuais, ou seja, às escuras da perversidade.

Tal tarefa não é fácil, porém Louro (2008, p. 42) oferece pistas para superação desses discursos negativos, sendo que “implicaria minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma”.

O discurso da homossexualidade e a posição da escola

Neste texto, analisamos o discurso depreciativo criado pelos sistemas sociais e centralizadores do poder em relação à homossexualidade, destacando as conseqüências negativas à formação, práticas e ideologias do sujeito, considerando, primeiramente a exterioridade da língua, bem como o assujeitamento.

Dada a relação que a escola estabelece com o contexto social percebe-se que os discursos criam sua hegemonia à medida que as interações verbais entre os sujeitos vão se constituindo. A escola como um dos espaços em que se concentra a maior parte da atividade de interação entre os sujeitos, os profissionais utilizam de práticas educativas dotadas de sentidos e significados que caminham em direção a uma inscrição discursiva e ideológica.

Sabendo disso, Althusser (1980) ressalta que a escola é uma instituição que representa o aparelho ideológico do Estado (AIE), visto que exerce a função de garantir o domínio e a manutenção do poder, subtende-se, assim, que suas ações e organização administrativa e pedagógica contribuem para reproduzir o que o poder institucionaliza como parâmetros a serem atingidos.

Iniciativas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para tratar do assunto diversidade envolveram eixos sobre a temática, com discussões sobre os direitos humanos, avaliação, formação de educadores e cultura. Em relação à diversidade, Gomes (2007) questiona o espaço adquirido na escola, sobretudo nos currículos, conceituando a como:

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. (GOMES, 2007, p. 17).

A partir deste conceito, compreende-se que as práticas educativas necessitam se inscrever numa perspectiva discursiva e ideológica que contribua para construção de uma identidade cultural dos sujeitos atingidos pelas imagens, discursos e ideias desprovidas de preconceito e discriminação sobre sujeitos de grupos minoritários.

Associando o pensamento de diversidade com as teorias boudieusianas, de certa forma, a escola reproduz as desigualdades sociais, inscritas principalmente sob a visão da colonização cultural, visto que cristaliza ideias e prática de exclusão em seu contexto.

Considerando a padronização e o alinhamento cultural das práticas sociais e educacionais, a proposta de uma escola que se guie para a diversidade é desconstruir a ideia de unicidade cultural, que se orienta a partir do direcionamento sócio-histórico, desvalorizando a condição dos sujeitos de seu processo.

De acordo com Munanga (2010, p. 39) as práticas da sociedade desconsideram o papel de ser ativo e pensante dos sujeitos, como se tivessem uma “[...] diversidade cultural vinculada à persistência das tradições, crenças e formas de organização locais e particulares”.

Desta feita, Foucault (2013, p. 41) discute o papel da educação a partir das repercussões do discurso sobre as práticas escolares, frisando que

A educação, embora seja de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem

sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Esta concepção de escola prevista por Foucault (2013) oportuniza compreendermos que o papel da escola é a ritualização da palavra, por meio do qual sugere uma apropriação do discurso e a distribuição da padronização dos papéis dos sujeitos, que restringem reiteradamente a partir dos padrões convencionados historicamente.

Nesse contexto, a escola concretiza por meio de práticas discursivas e ideológicas os papéis de sexo, obstruindo formas de diminuição do preconceito e compreensão positiva da diversidade existente no seu âmbito. Consoante a isso, não há espaço para se discutir sobre a diversidade, ao mesmo tempo, em que nos perguntamos do que adianta ter um discurso inclusivo se as práticas institucionais e pedagógicas centram-se no binarismo dos sexos?

Considerações Finais

Enquanto uma instituição responsável por proporcionar ações educativas, a escola se embasa em vários dispositivos legais que norteiam uma prática que valorize a diversidade enquanto um resultado do desenvolvimento e evolução das relações humanas e sociais. Entretanto, na efetivação desta proposta percebe-se que suas ações são centradas em práticas que padronizam papéis, verticalizando, cotidianamente, a existência de uma cultura, sistema econômico, família, dentre outras instituições.

Tais relações, permeadas por discursos e ideologias, atuam na consciência do sujeito, promovendo um assujeitamento e uma filiação da formação e práticas discursivas. Com isso, compreendendo que as relações escolares se constituem essencialmente por meio do discurso, a instituição educacional assujeita os alunos frente a um modelo único de escolhas e convivências, diminuindo o questionamento e contato do aluno sobre assuntos que ultrapassam os limites dos discursos interditados.

Estas barreiras colocadas pelo discurso agem na consciência dos indivíduos, sendo que nesta posição todos cobram da escola uma postura de neutralidade frente às questões que subvertem os padrões de ser e estar na sociedade disseminada pelas práticas discursivas tradicionais e conservadoras.

Nesse sentido, estes discursos tradicionais se cristalizam no âmbito da ideologia dos sujeitos fazendo com que os mesmos banalizem a origem destas práticas discursivas que produzem violência, mas, sobretudo, negligencia a existência da diversidade, na medida em que somos levados a tratar com preconceito tudo que foge aos padrões que são internalizados.

Nessa conjuntura de reprodução do preconceito e discriminação, subtende-se que os sujeitos gays são levados a conviver e caminhar por caminhos obscuros, ao passo que reconhecer-se como sujeito homossexual requer, além da luta intrapessoal, também pensar sobre como a sociedade aceitará e tratará o assunto.

Assim, no próprio âmbito escolar se reconhecer como homossexual, até mesmo dizer aos demais componentes da escola, insere o sujeito em um embate bastante conflituoso, visto que nos coloca na condição de desviantes do padrão que a escola alinhou sobre o assunto sexualidade.

Diante disso, o percurso destes sujeitos será composto de obstáculos com trajetória violenta, acidental e sinuosa, atacada pela formação discursiva padronizada decorrente dos enunciados conservadores predominantes nos discursos dos demais sujeitos, impondo à condição do homossexual, desde cedo, o espaço da obscuridade, fazendo com que os sujeitos vivam na clandestinidade.

Considerando os pressupostos da diversidade, as ações escolares reiteram os papéis de gênero, sendo que as meninas nos discursos dos professores têm que ser meigas e disciplinadas, enquanto os meninos têm comportamentos agressivos e agitados no grupo escolar. E para o homossexual, os sujeitos adquirem características do sexo oposto, visto que os discursos depreciativos explicam que o sujeito gay é aquele que rejeita seu sexo de origem para assumir o oposto.

Contrapondo a esta imagem discursiva e ideológica, cabe aos espaços acadêmicos questionar as condições de inclusão dos sujeitos gays na sociedade com o objetivo de revisitar o espaço do homossexual na sociedade para logo após este consenso a escola transformar suas práticas e ações, contribuindo, assim, para uma diminuição do preconceito bem como para refratar discursos depreciativos sobre os sujeitos de grupos minoritários.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3. Ed. Lisboa, Portugal. Editorial Presença/Martins Fontes. 1980.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2006.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. São Paulo, SP: EDUC, 2012.

FERNANDES, Claudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2.ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FIORIN, J. L. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo, SP: Ática, 2005.

FRY, Peter.; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo, SP: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Organizado por BEAUCHAMP, J; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. do. (Org.). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. Educação e Diversidade Cultural. *Cadernos PENESB: Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (FEUSP)*, Niterói, nº 10, jan./jun., 2008/2010.

_____. VYGOSTKY, Lev. S. *Pensamento e Linguagem*. Disponível em: <www.jahr.org. Edição Eletrônica>. Acesso em: 20 maio 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: EDUCAMP, 1997.